

## Afetividades marginais, grupos armados e mercados ilegais

Juliana Torres Y Plá Trevas<sup>a</sup>, Nido Farias dos Santos<sup>b</sup>,  
Ítalo Barbosa Lima Siqueira<sup>c</sup>

Este dossiê reúne artigos que contribuem para refletir sobre o funcionamento de mercados ilegais e a atuação de atores/atrizes do crime, de integrantes de grupos armados e de pessoas aprisionadas, alargando a compreensão atual para suas afetividades constitutivas. Dá-se relevo ao papel que os afetos desempenham em sua expansão, (re)produção e transformação nos diferentes contextos em que estão inseridos. Perceber as afetividades que (re)surgem de contexto de violências e violações de direitos são também dimensões trazidas pelos diferentes artigos como elementos constitutivos das práticas criminais e das relações cotidianas.

Nas últimas três décadas, as “facções”, as milícias e as prisões tornaram-se alguns dos principais temas de pesquisa sociológica associados ao desafio de compreender a reconfiguração de espaços, agentes e práticas ilegais nas periferias urbanas brasileiras e nas prisões (Padovani, 2015; Aquino, Hirata, 2017; Lourenço, Alvarez, 2017; Feltran, 2018). Pesquisadoras e pesquisadores têm reconhecido nesses atores e atrizes papéis de relevo nas relações entre mercados ilegais, grupos armados, cotidiano prisional e forças de segurança nas cidades brasileiras. Isso inclui as atuações de policiais (militar, civil, penal, etc.), integrantes de facções, grupos armados, da população prisional, além de fraternidades políticas marginais como gangues, bondes e galeras, em disputa pelo controle e regulação de territórios e mercados lucrativos em periferias urbanas.

Gradualmente, ganha relevo pesquisas que conferem atenção ao funcionamento das redes de proteção tecidas pelo afeto no cotidiano que entrelaçam as lógicas dos grupos armados e mercados ilegais. Na mesma senda, pesquisas sobre as teias afetivas ganham espaço crescente e ajudam a ampliar a compreensão dos papéis de grupos armados e mercados ilegais espalhados por e através do arquipélago carcerário brasileiro. Arranjos familiares, amizades, amores sexuais, fraternidades de bairro e de diversão, compromissos congregacionais aparecem

- 
- a Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e integrante do Grupo de Estudos Periferias, Afetos e Economias das Simbolizações (Gruppaes/Ufal). [jutrevas88@gmail.com](mailto:jutrevas88@gmail.com)  
b Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e integrante do Grupo de Estudos Periferias, Afetos e Economias das Simbolizações (Gruppaes/Ufal). [nidofarias@yahoo.com.br](mailto:nidofarias@yahoo.com.br)  
c Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará e pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência (UFC). [italolimasiqueira@gmail.com](mailto:italolimasiqueira@gmail.com)



como afetos que moldam simpatias e antipatias que se entrelaçam a produção de mercados, governos e normatividades criminais disputadas por grupos armados.

Tendo isso em vista, este dossiê agrega trabalhos que analisaram conexões diversas entre afetividades marginais, grupos armados e mercados ilegais, em meio a diferentes configurações do cotidiano que ultrapassam a compreensão de atos criminais ou ilegais. Outrossim, ressaltamos que as periferias não são apenas lugares de crime e violência, mas também são comunidades vibrantes, cheias de vida e resiliência. A compreensão sociológica das periferias precisa levar em consideração esses aspectos para acessar e compreender a riqueza das suas dinâmicas sociais.

Afetividades marginais permeiam os trabalhos deste dossiê a fim de demonstrar as circularidades de afetos que surgem, atravessam e (re)formam as relações interpessoais. Essas são muitas vezes forjadas em situações que envolvem violências e violações de direitos, e que são sentidas nos corpos das pessoas que habitam territórios marcados pela violência armada, como demonstra um dos artigos que analisa territórios periféricos de Fortaleza, Ceará, e as pessoas que lá habitam e exercem atividades ilegais. Dessa forma, cotidianamente, milhares de pessoas são afetadas por situações de risco e de violência, sendo as dimensões das afetividades formas de produzir conhecimentos valiosos para se compreender as relações entre as pessoas, seus espaços e suas práticas cotidianas, lícitas ou não. Essas dinâmicas interpessoais e mediadas por territórios situados nas margens (re)produzem afetos, diversas maneiras de ser afetado (Favret-Saada, 2005) e estratégias de sobrevivência (Trevas, 2023).

Observar situações trazidas pelas afetividades dentro desses contextos de violência, em diversas ordens de interações e redes de apoio, traz formas de conhecimento compreendidos para além das racionalidades que operam em mercados, grupos e territórios, sendo os afetos, portanto, outras formas de se entender os mundos que nos rodeiam e nos influenciam. Tais afetividades situam-se em contextos urbanos também marginais, fincadas em territórios criminalizados, como as comunidades de Maré no Rio de Janeiro, em favelas de Fortaleza, no presídio feminino de Curitiba e na rede interestadual do sistema prisional federal. As marginalidades, tratadas aqui por meio das afetividades, também trazem luz para a compreensão das relações entre as pessoas nesses territórios como parte fundamental para se compreender o que realmente acontece nas margens das cidades brasileiras.

As afetividades aqui reveladas são também qualificadas como marginais pelos afetos que provocam e/ou provocarão nas leitoras e nos leitores dos artigos

reunidos neste dossiê. Reações como horror e indignação podem surgir, por exemplo, durante a leitura do artigo que trata das mulheres aprisionadas no Paraná ou do texto que aborda a estrutura e o funcionamento do sistema prisional federal. Sem dúvidas, esse dossiê é permeado por uma diversidade de afetos que podem ser considerados marginais tanto pelas interlocutores e interlocutoras que dão voz aos suas afetividades, e que são trazidas nas análises das autoras e dos autores direta ou indiretamente, quanto pelas dimensões afetivas que nos causam ao nos darmos conta de dados tão relevantes para a compreensão do mundo da forma como ele também se dá nas margens.

Os trabalhos reunidos nesta seleção também atravessam reflexões que tratam, às vezes centralmente, às vezes de modo transversal, sobre atores/atrizes e dinâmicas dos mercados ilegais e dos grupos armados, mantendo, em grande parte, uma tradição compreensiva e, em alguns deles, etnográfica, com mirada no cotidiano de periferias e prisões em distintas realidades do país. Esforços coletivos empreendidos nos últimos anos para compreender os novos contornos, escalas e funcionamento de mercados ilegais em expansão, tais como drogas, armas, veículos e pessoas, têm jogado luz, especialmente, sobre as dimensões moral e econômica que os constituem e que regulam a atuação de facções e outros atores/atrizes criminais (Biondi, 2010; 2018; Feltran, 2019; 2022; Paiva, 2018; Rodrigues, 2019; 2020; 2021; Carvalho, Jara, Santos, 2023). Essa chamada para os afetos marginais, de que trata este dossiê, contribuiu para adensar observações já realizadas sobre o fenômeno desses mercados e apontar para a distinção, ao menos analítica, de tais dimensões que são também constitutivas das sociabilidades nas margens e desempenha papel importante na reprodução e expansão dos mercados ilegais, bem como das facções.

Quando os mercados ilegais, facções, gangues e galeras não são o principal plano analítico, outros textos contidos neste dossiê tratam dos nós do tecido mais extenso que compõem mercados e grupos armados, tratando desde as consequências do abandono parental de jovens envolvidos em mercados ilegais até o papel de mediações simbólicas da cultura de consumo nas periferias para a formação de hierarquias, estruturação dos afetos e incentivos à participação no crime. Também atravessa as discussões conceitos centrais à reflexão sobre esses fenômenos, a exemplo de mercados de proteção, e do constante entrelaçamento entre práticas formais e informais, legais e ilegais na (re)produção desses mercados e grupos.

O artigo que abre o Dossiê, *Tomar a favela para Jesus: ethos heroico, juventudes e pentecostalismos em territórios de exceção ordinária*, das autoras Réia Pereira e Wania Mesquita, aborda o processo de adesão de jovens a uma igreja

pentecostal em uma favela no Rio de Janeiro. Nesse contexto, a religião oferece uma perspectiva da batalha espiritual como um elemento importante para entender a relação entre pentecostais e traficantes em territórios de favela. A concepção de batalha espiritual, travada no cotidiano, exige dos moradores uma postura heroica para enfrentar um inimigo traiçoeiro, o próprio diabo. A adesão pentecostal em um contexto de exceção ordinária, como o cotidiano da favela em questão, é uma possibilidade de afirmação da vida. Além disso, as autoras argumentam que a formação de igrejas pentecostais pequenas, com cultos de exaltação ao Espírito Santo, remete a uma política do sobrenatural, conferindo autoridade aos religiosos perante o tráfico. Dessa forma, a adesão pentecostal pode ser vista como uma forma de resistência e preservação da vida em contextos de violência e insegurança.

No artigo seguinte, *Afetividades marginais em contextos de violência armada: Notas sobre a experiência dos moradores da Maré*, Eduardo Ribeiro, Eduardo Moura Oliveira e Eduardo Ramos Júnior lidam com as experiências emocionais dos moradores e das moradoras da Maré, no Rio de Janeiro. O artigo observa como a exposição à violência armada são gatilhos para que afetos como medo, desesperança, aflição, raiva, desconfiança entre outros sejam sentidos pelas pessoas que vivem na Maré de forma constante. Essa exposição à violência armada (re) produz as afetividades marginais. Dessa forma, os autores assumem essa categoria analítica diretamente em seu texto quando analisam distintos marcadores sociais decorrentes da violência armada sofridas cotidianamente no território em que habitam. Por meio da análise empírica e da utilização de dados quantitativos da pesquisa “Construindo Pontes: impactos sociais da exposição à violência armada na Maré”, conhecemos um panorama socioemocional da população da Maré, além de algumas hipóteses sobre as figurações emocionais e relacionais das e dos residentes de áreas conflagradas e territórios periféricos brasileiros.

No terceiro artigo do dossiê, *A dialética da ostentação e do recalque: Zé ou Rei*, Thais Pavez considera a centralidade que a mediação do dinheiro e o consumo ganharam pós anos 2000 em um bairro da periferia de São Paulo e seu papel nas dinâmicas que regulam a passagem de jovens entre mercados legais e ilegais. O desafio é compreender os motivos pelos quais jovens entram no crime, levando em conta como tais transformações ressimbolizaram, através da cultura do funk ostentação, uma história de subordinação a escassez em expressões de superioridade que impulsiona a realização material. O funk codifica categorias, sensibilidades e modos de regulação dos afetos difusos que exprimem hierarquias e horizontes de expectativas entre os jovens, que tem, no entanto, raras oportunidades de realização. O trabalho desvalorizado, o cotidiano violento e o consumo

parcelado predispõem jovens periféricos a caírem na dialética entre o recalque e a ostentação, diga-se, o ressentimento, sob a condição de impotência de um zé diante do mundo, que o devora, e a onipotência do *rei* conquistada, momentaneamente, nos mercados ilegais. O artigo realiza uma articulação exitosa entre questões da sociologia do crime e dos mercados ilegais e aquelas que se procurou taquigrafar ao longo da última década sobre as mudanças na cultura das periferias.

O texto de Wendell Barbosa, Maria Eduarda, Glacithane Cunha, Felipe Alencar da Silva Sampaio e Daniel de Sousa, *Mapas do crime: a territorialização das facções criminosas em Juazeiro do Norte – CE*, aborda a territorialização das facções em Juazeiro do Norte, no Ceará. O estudo teve como objetivo mapear os principais agrupamentos presentes na região, analisando sua distribuição nos bairros da cidade e observando as dinâmicas de disputa territorial entre eles. O trabalho destaca que a falta de um mecanismo eficaz de segurança pública e políticas preventivas adequadas tem contribuído para o crescimento das facções em nível local em Juazeiro do Norte. A ausência de políticas preventivas capazes de estimular a diminuição da violência tem permitido que as facções se fortaleçam e se expandam na região, especialmente nos bairros mais afetados pela disputa territorial.

No quinto texto selecionado, *Violência, afetos e luta por reconhecimento na criminalidade pauperizada*, Artur Pires traz dados importantes na pesquisa que vem realizando nas periferias de Fortaleza desde 2013, tendo como eixo norteador as afetividades dos agentes criminais pauperizados. Por meio de conversas espontâneas realizadas no campo e de outros métodos de pesquisa como entrevistas semiestruturadas e observação direta, o autor relaciona as formas que seus interlocutores operaram as atividades ilegais e suas lutas por reconhecimento. Assim, aponta que os agentes criminais pauperizados enfrentam em seus cotidianos e nas práticas de suas atividades ilegais um processo contínuo e recorrente de desgaste emocional, devido, principalmente, aos riscos de suas atividades. Revolta, insegurança e afetos decorrentes de traumas aparecem no decorrer do artigo. Orgulho é também o afeto percebido pelo autor quando realiza entrevistas e nas conversas informais que acontecem no campo. Nesse mar de afetos, o autor sinaliza que a partir das práticas violentas de suas interlocutoras e interlocutores, há uma luta por reconhecimento para compensar uma subjetividade marginalizada e oprimida.

Na sequência, o processo de faccionalização como demanda socioafetiva e moral é deslocado para o interior de uma unidade de internação em “*Quem não é visto não é lembrado*”: *Re)Produção da linguagem, signos e símbolos no Degase de Campos dos Goytacazes*. Renata Francisco apresenta, como parte de sua

pesquisa de doutorado em andamento, análises sobre o processo de faccionalização dos adolescentes que cumprem medida de restrição de liberdade e pertencem a facções rivais em um centro de socioeducação em Campos dos Goytacazes. Trata-se de adolescentes que reivindicam pertencimento ao Terceiro Comando Puro, ao Comando Vermelho e aos Amigos do Amigos, separados por barreiras físicas e simbólicas criadas pela lógica disruptiva das rivalidades. O objetivo é compreender, lançando mão da análise crítica de discurso, o papel que símbolos inscritos pelos adolescentes nos espaços da instituição desempenham no cotidiano de tensões e conflitos entre os adolescentes. A discussão que permeia a produção de (des)afetos no interior do centro é a de resistir à mortificação do eu promovida pelas instituições totais, mantendo viva as regras *da pista* como possibilidade de fissura do sistema. O artigo contribui para pensar, junto com outras iniciativas, os aparelhos, processos e percursos que reproduzem a lógica faccional por meio da juvenilização de seus membros.

Interessado na dinâmica de mercados ilegais e criminalizados, Thiago José Aguiar da Silva analisa em *O melhor amigo do camelô: uma análise sobre a relação entre o comércio ambulante e a agiotagem* a relação de comerciantes ambulantes no Rio de Janeiro com o mercado ilegal da agiotagem no contexto da formalização recente do comércio ambulante. O trabalho, densamente etnográfico, investiga os motivos da preferência de camelôs, hoje sob o status de Microempreendedor Individual (MEI), por empréstimos de agiotas colombianos, em detrimento do financiamento de suas atividades por meio de bancos. Na contraparte da imagem criminalizada do favelado que recobre os camelôs, que resultam em uma série de (auto)desconfianças para estabelecer relações formais, está a construção de relações de confiança estabelecidas diariamente com os agiotas, afinadas com o estilo de “fazer girar o dinheiro” dos trabalhadores ambulantes. O artigo contribui, primeiramente, com a reflexão sobre as consequências do processo de sujeição criminal de moradores das favelas, que impede a integração de camelôs em circuito formais da economia. Avançando na discussão sobre mercados ilegais, Thiago José Aguiar da Silva descreve mercados em que a necessidade de proteção está praticamente ausente, problematizando os limites da relação entre mercados ilegais e proteção. A ideia de retroalimentação entre mercados legais e ilegais é também reforçada, estando no centro de toda a discussão.

O oitavo artigo desta seleção, *Poucos que sobrevivem: Relatos de violências, galeras e cinema no Piauí*, de Francisco Júnior, Marcondes Costa e Elton Silva, recupera, por meio de um documentário produzido com 9 ex-membros de gangues e galeras de Teresina, relatos da vida do crime desenvolvidos a partir da pesquisa e

produção de documentários sobre violência e juventude pelo o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens - NUPEC da Universidade Federal do Piauí. As memórias são trazidas no cenário de escalada da violência que se seguiu à chegada de facções no estado, marcando mudanças no mundo do crime e de conflitos com as forças de segurança. O artigo descreve, a partir dos relatos, cenas de violência policial, vivência no cárcere, dinâmicas de formação e conflito entre galeras e experiências de transformação de vida marcados por violência, racismo e trajetórias de sobrevivência. Num momento de mutações nas sociabilidades do crime, no funcionamento dos mercados ilegais e dos grupos armados que a chegada das facções ensejou em cidades do Norte e do Nordeste, o trabalho contribui com os esforços de registro dos múltiplos contextos em que experiências pessoais e coletivas locais da violência foram transformadas. No contraste entre o antigo e o novo, entrevisto em memórias, é possível ver dinâmicas, subjetividades e éticas distintas em conflito sob condições estruturais duradouras.

O artigo de Carla da Silva, José Blanes Sala e Giovanna Ferraria, *Poder local e violência: Os desafios das cidades e as possibilidades do “comum”*, analisa os desafios enfrentados pelas comunidades e as possibilidades de construção do ‘Comum’ como alternativa ao poder exercido por facções e milícias. A crescente violência urbana tem gerado na população sentimentos de insegurança, revolta, indignação e medo, os quais, por sua vez, acabam por pressionar novas formas de atuação do Estado. De acordo com a autora, a teoria dos comuns de Dardot e Laval pode contribuir para a construção de alternativas ao poder exercido por organizações criminosas nas cidades. Essa teoria propõe a construção de um espaço público comum, onde os cidadãos possam se reunir e discutir questões de interesse coletivo, promovendo ações com vistas a elaboração de uma alternativa para a implementação de políticas públicas que possam assegurar os preceitos constitucionais, garantindo o direito à segurança a todos os cidadãos.

O texto de Tiago Abud da Fonseca, *A criação do monstro: sobre milicianos, sujeição criminal e corpo*, discorre sobre a relação entre a participação de agentes do Estado nas milícias e o aumento do seu poder, além de discutir a sujeição criminal e o papel do corpo nesse contexto. As milícias costumam se apresentar como grupos de “proteção” da população, enquanto as facções do tráfico de drogas são vistas como organizações que impõem sua vontade pela força. No entanto, o texto também menciona que, na atualidade, as milícias se assemelham e até se associam às facções do tráfico de drogas. Isso mostra que a fronteira entre esses grupos muitas vezes se torna tênue, e suas atividades podem se sobrepor. Além disso, o artigo aponta que o pertencimento de membros do Estado a grupos mili-



cianos é um indicador do porquê de não se verificar operações policiais em áreas controladas por milícias. O risco de confronto entre membros do mesmo Estado, resultando em troca de tiros, mortes e prisões, é um fator que contribui para a inação das autoridades nessas regiões. Isso sugere que a presença de agentes do Estado nas milícias pode contribuir para a impunidade dessas organizações criminosas e para a sua expansão.

No penúltimo artigo *Quem são as mulheres encarceradas no Paraná? Mais do que estatísticas, subjetividades e sentimentos nas cartas endereçadas aos excelentíssimos juízes*, Pamela Paiva tem por objetivo resgatar a humanidade das mulheres aprisionadas em Curitiba, Paraná, por meio da análise de cartas escritas por elas que foram anexadas em seus prontuários. Além das cartas, outros documentos também são encontrados nos prontuários como as denúncias de crime, as atas de indisciplina, as fichas de identificação pessoal, as fichas de atendimento psicológico e pedagógico entre outros. A autora realiza um trabalho de garimpo a fim de ter acesso às subjetividades das mulheres em situação de cárcere. No decorrer do texto, histórias de vidas das mulheres aprisionadas são observadas por meio das cartas escritas por elas e de documentos oficiais. E, por meio deles, temos a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre elas, suas preocupações, suas trajetórias de vidas e suas afetividades marginais. Solidão, nervosismo, estresse, desejos de autoafirmação como boas mães, saudades vão aparecendo no texto nos convidando a refletir um pouco mais sobre a população prisional feminina do Brasil.

No último artigo deste dossiê, aprendemos sobre a estrutura e o funcionamento do sistema prisional na esfera federal. Em *O sistema penitenciário federal: sobre sujeitos, trânsitos e punição*, o Mayara Gomes descortina as relações interestaduais do sistema de punição brasileiro por meio das modalidades das pessoas aprisionadas nas prisões federais. Tomando por referência os critérios de inclusão, exclusão e temporalidades relativas à custódia de pessoas no sistema prisional federal, o autor destaca algumas dinâmicas institucionais, legais e relacionais importantes para a compreensão dos presídios federais. As análises do artigo sinalizam que as prisões federais foram impulsionadas pelas transformações sociais estabelecidas pela presença de facções criminosas no início dos anos 2000. Por meio da análise qualitativa de documentos obtidos por meio da lei de acesso à informação e de entrevistas realizadas com pessoas que trabalharam ou trabalham no sistema prisional federal, o autor aponta para o aumento da estigmatização e o fortalecimento de políticas de confinamento em relação às pessoas condenadas por suas relações com as facções.



Em conclusão, o Dossiê apresenta reflexões importantes que sugerem que as afetividades são constitutivas de práticas que podem ser utilizadas tanto para estabelecer alianças e construir redes de proteção e solidariedade, quanto para a violência e a coerção. Mais uma vez, o dossiê destaca a importância das relações entre as pessoas em seus territórios como parte fundamental para se compreender o que realmente acontece nas margens das cidades brasileiras.

Boa leitura!

## REFERÊNCIAS

- AQUINO, Jania Perla Diógenes de; HIRATA, Daniel (2017). Inserções etnográficas ao universo do crime: Algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, São Paulo, vol. 2, n.84, pp. 107-147.
- BIONDI, K. (2010). *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. Terceiro nome.
- BIONDI, K. (2018). *Proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC*. São Paulo: Terceiro Nome.
- CARVALHO, Ada R.; JARA, Simon; SANTOS, Nido F. dos (2023). Família com estatuto: fraternidades criminais em Maceió/AL e em São Luís/MA. *Novos Estudos Cebrap*, vol. 43, n.1.
- FAVRET-SAADA, Jeanne (2005). “ Ser afetado”. Tradução: Paula Siqueira. *Cadernos de Campo*, n.13, pp. 155-161.
- FELTRAN, G. (2019a). (Il)licit economies in Brazil: an ethnographic perspective. *Journal of Illicit Economies and Development*, v.1, n.2, 145–154. DOI: <http://doi.org/10.31389/jied.28>